



O SESQUICENTÉNARIO DO INSTITUTO

Aurélio de Lyra Tavares

Uma das instituições matrizes da cultura nacional, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, está comemorando, este ano, seu sesquicentenário.

Neste artigo, um dos seus mais eminentes membros, atendendo à solicitação da nossa Revista, aborda aspectos de sua história, reveladores da sua expressão patriótica e da sua grandeza.

É uma forma de A Defesa Nacional participar das homenagens que lhe estão sendo prestadas, ao ensejo do seu 150º aniversário.

O Instituto, desde sua fundação, está ligado à sociedade militar, não só na composição do seu quadro social e no intercâmbio mantido com as instituições culturais castrenses como, principalmente, na identidade de sentimentos em relação à Pátria comum.

A Casa Matriz da nossa Cultura

R efiro-me ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 21 de outubro de 1838, graças ao impulso benemérito e espontâneo de intelectuais notáveis, entre civis, sacerdotes e militares, num vigoroso esforço de conjunto para o fim de preservar e manter viva a

memória nacional, com reuniões de estudos, conferências, publicações, assim como quanto à geografia do Brasil, nas suas peculiaridades e exigências.

Ele surgiu no momento político fervilhante do período regencial, ao tempo em que a Revolução Farroupilha ameaçava a unidade nacional, numa luta fratricida que duraria dez anos, no meio

da qual, em 1840, a Assembléia Geral, presidida pelo Senador Marquês de Paranaguá, declarava a maioridade de D. Pedro II, um acontecimento que muito se refletiria na continuidade, no prestígio e no apoio assegurados ao Instituto pelo grande Monarca, até o fim do seu poder, sem jamais esquecê-lo, nem mesmo depois do exílio, como decorrência da Proclamação da República.

Daí a fidelidade e a reverência com que a nossa Casa relembra sempre a figura de D. Pedro II que, além de apoiá-la em tudo, tanto a honrava com a sua presença.

Os fundadores do Instituto valeram-se, para as suas primeiras reuniões, do Museu Nacional, uma das grandes iniciativas de Dom João VI, que o criou por Decreto de 6 de junho de 1818, no contexto de um amplo programa cultural, pretendendo construir no Brasil um grande Império.

O Museu Nacional se destinava, também, a outras finalidades, com as vistas voltadas para o movimento de renovação industrial da Europa, de interesse mais objetivo para o progresso do País, em fase de renovação econômica, desde a abertura dos portos.

Preocupado com as agitações políticas, não lhe despertava maior interesse o entusiasmo do grupo de intelectuais que se devotavam unicamente à preservação da nossa História. Graças, porém, ao devo-

tamento desse grupo, com a persistência do primeiro secretário Marechal Raimundo José da Cunha Matos e do secretário adjunto Cônego Januário da Cunha Barbosa, triunfou a fundação do Instituto "sob os auspícios da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional", como consta do Art. 1º dos seus Estatutos, tudo se resolvendo com habilidade e dedicação, em prazo muito curto.

Era o início de uma obra que nunca mais deixaria de crescer, como o comprovam as realizações de que hoje nos orgulhamos, a começar pelo atual e imponente edifício em que será celebrado o seu Sesquicentenário.

O Instituto nasceu pouco depois do Arquivo Nacional, o que não foi obra do acaso, mas do impulso que D. João VI imprimiu ao desenvolvimento do Brasil, desde que, premida pela invasão de Portugal, por Napoleão, a Corte Portuguesa, ao transferir-se para o Rio, aqui se apercebeu das imensas possibilidades e riquezas inexplicadas que tinha o Brasil, muito mais amplas do que se imaginava pelas informações dos vice-reis, reclamando uma total mudança econômica, a começar pela abertura dos portos e alfândegas ao comércio exterior e o desenvolvimento da cultura do povo.

Era um novo Império, que D. João VI queria construir, com a contratação de técnicos, industriais, artistas, arquitetos e mestres

de ensino, valendo-se, em grande parte, de gente selecionada na França.

Ele pretendia construir para a posteridade esse legado, cuja história devia ser preservada em documentos, no Grande Arquivo então criado, o que não era tudo. Tornava-se necessário cultuá-la, na fidelidade aos acontecimentos e ao papel neles desempenhados pelos grandes valores humanos, cuja memória deveria conservar-se viva e ser exaltada, tendo sempre presente a geografia do País, pela influência que ela terá que ter na sua organização, sobretudo nos aspectos político, econômico, sanitário e administrativo.

O Arquivo Nacional seria a Casa da preservação documental da memória dos atos, dos acontecimentos e das vidas dos homens que vão marcando, no tempo, as sucessivas etapas da evolução do País, ao passo que o Instituto Histórico e Geográfico, tal como o vislumbraram os seus fundadores, destinar-se-ia a mantê-los vivos e conhecidos, através de estudos, reuniões com debates, conferências, comemorações, pesquisas e leituras das principais efemérides, com a colaboração dos sócios, inclusive os correspondentes, e das entidades congêneres, abarcando os campos da História e da Geografia do Brasil.

O ponto de partida que ensejou o nascimento do nosso Instituto Histórico e Geográfico foi a sessão realizada no dia 18 de abril de

1838 pela Sociedade Auxiliar da Indústria Nacional, sob a presidência do eminente botânico Custódio Alves Serrão, ao aprovar a proposta do Marechal Raimundo da Cunha Matos e do Cônego Januário da Cunha Barbosa, que obtiveram a aprovação do Conselho Administrativo da Entidade, na qual se integravam membros de várias tendências culturais.

Embora se tratasse de estudos não pertencentes às suas finalidades específicas, eles aceitaram a pertinência e a utilidade que lhes foram demonstradas, porque se tratava de assuntos inseparáveis: a história do País e os fatores que globalmente a influenciam, inclusive o desenvolvimento da sua cultura e da sua indústria, como termos inseparáveis do binômio do desenvolvimento.

Foi assim que, feitos e aprovados os respectivos Estatutos, houve a cerimônia da inauguração da Casa da História e da Geografia do Brasil, agora sesquicentenária. Ela teve lugar no dia 21 de outubro de 1838, dezesseis anos depois da Independência, no andar térreo do edifício do antigo Museu Nacional, onde funcionava a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, na hoje denominada Rua da Constituição.

Eram ilustres intelectuais, com reputação que os distinguiam pela respeitabilidade e o conceito dos seus nomes, os 27 sócios fundadores, cabendo a Presidência, desde a primeira eleição, ao Visconde de

São Leopoldo, José Feliciano Fernandes Pinheiro, que nela permaneceu enquanto a saúde o permitiu.

Assim nasceu o Instituto, já consagrado pela representatividade e o valor dos 27 sócios que, inicialmente, o compunham, dispondo-se a transformá-lo numa Instituição duradoura, como vem ocorrendo até hoje, 150 anos já decorridos, com o grande patrimônio material e o precioso acervo bibliográfico e documental, graças à perseverança, à dedicação e à competência da Diretoria e do quadro social, renovados no tempo, para a dinamização das suas atividades.

De início, a Assembléia-Geral proclamou, por unanimidade, o seu objetivo maior, como registrou Max Fleiuss: "recolher, coordenar e publicar os documentos históricos e geográficos do interesse da História do Brasil". Hoje podemos ver o quanto se ampliaram as suas atividades, os seus campos e processos de estudo, como o testemunhamos, os seus sócios atuais, sobretudo, os que, como eu, já em idade avançada, o acompanhamos desde muito cedo.

Filho de João de Lyra Tavares e sobrinho de Augusto Tavares de Lyra, com grandes serviços prestados ao Instituto, habituei-me a freqüentá-lo desde muito jovem, tornando-me amigo do Conde de Afonso Celso, que viria a ser o meu Diretor na Faculdade de Direito do Catete, além de Presidente Perpétuo do Instituto, onde me

ligava a mesma amizade ao seu operoso Secretário Max Fleiuss, que tanto deu do seu saber aos nossos estudos históricos.

Refiro-me, de caso pensado, a esse tempo e a esses dois notáveis beneméritos do Instituto, por ter ainda muito presente ao espírito o entusiasmo e a gratidão com que ambos costumavam enaltecer o que representou para o Instituto o Imperador D. Pedro II, no prestígio e no apoio que sempre lhe deu, especialmente pela sua presença às sessões, procurando animá-las com freqüentes intervenções pessoais nos debates.

É certo que a criação do Instituto veio do clima cultural em que o Município da Corte ingressou, sob a influência de D. João VI, mantendo-se depois da Independência, com D. Pedro I, e no período regencial, pelo impulso que trazia e os grandes valores que se meara, apesar das turbulências políticas e as desordens que desgastavam o Poder Central, dadas as agitações conseqüentes.

Quando o Regente Pedro de Araújo, conservador, foi derrotado pela Assembléia-Geral, e o seu Presidente, Senador Marquês de Paranaguá, anunciou a maioridade de D. Pedro II, em 23 de julho de 1840, além da crise na Corte o Brasil enfrentava no Rio Grande do Sul, no auge da Revolução Farroupilha, a mais longa das suas lutas internas. Mas os seus destinos passavam a ser entregues a um Imperador que se revelaria sábio

magnânimo e amante da cultura; que tinha tido como tutor José Bonifácio de Andrada e Silva, o maior e mais culto dos estadistas brasileiros, e iria ter Caxias como seu condestável, para pacificar a Província gaúcha e tornar-se, nas guerras do Prata, o maior soldado brasileiro.

D. Pedro II, o Protetor

Esses graves problemas em nada obstaram que D. Pedro II mantivesse a sua atenção voltada para o Instituto e o cercasse de atenções, dando-lhe relevante papel pioneiro como agremiação cultural destinada, não somente a cumprir o seu papel específico, no campo dos estudos históricos e geográficos, como de Casa da Cultura Geral, pela expressão intelectual dos brasileiros notáveis e dedicados que o compunham.

O Imperador dedicou, desde o início, a sua espontânea preferência pelas atividades e os assuntos do Instituto, a ponto de abrir-lhe o Paço da Cidade para que ele celebrasse, com maior pompa, a sessão comemorativa do seu aniversário.

Querendo estimular e distinguir os trabalhos daquele Instituto que, pelas suas destinações, já nascia como pioneiro, porque não tinha antecessor no gênero, cobrindo os campos da história e da geografia de um País continental, além de tornar-se, ao mesmo tempo, pela estatura intelectual dos

valores que reunia, uma entidade composta de ilustres homens de letras que precederia, ainda no Império, a própria Academia Brasileira de Letras, a Casa de Machado de Assis, fundada bem mais tarde, já na República.

Para estimular os seus trabalhos, o jovem Imperador instituiu três prêmios anuais a serem conferidos aos melhores estudos elaborados para disputá-los. E com o correr dos tempos o interesse maior pelas suas atividades, ao mesmo tempo que o aumento e a renovação, pelas vagas no quadro social, tratou-se de criar no próprio seio do Instituto, uma Academia de Letras, tal o entrosamento da História com as Letras, o que explica, até hoje, o número dos intelectuais pertencentes, ao mesmo tempo, à Academia Brasileira e ao Instituto.

No seu livro sobre Franklin Dória, o Barão de Loreto, que criou a Biblioteca do Exército, já no fim do Império, quando era Ministro da Guerra, narra Pedro Calmon que ele ingressou no Instituto na eleição de 13 de dezembro de 1896. Em 1897, como notável poeta que foi, o Barão de Loreto seria um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, como titular da Cadeira 25.

O próprio Franklin Dória, na sessão solene em que foi recebido (13 de dezembro de 1896), declarou ser o Instituto "a mais importante associação literária do País, senão da América do Sul, pelo seu

objeto, pela sua antiguidade, pelos seus cabedais bibliográficos, pela sua "Revista", que é uma das mais apreciadas no gênero, pela sua cooperação no aperfeiçoamento do espírito nacional, enfim, pela categoria dos seus membros efetivos, honorários e correspondentes".

No livro de Pedro Calmon sobre Franklin Dória ele registra: "já em 1848 pensava-se em criar a Academia no Instituto Histórico, idéia somente concretizada em 1878" (pág. 24).

A verdade é, porém, que até hoje, embora fundada em 1897, a Academia Brasileira é, como o Instituto Histórico, ao qual pertence grande parte dos seus membros, uma espécie de entidade cultural geminada.

Entre os Patronos das suas 40 Cadeiras figuram historiadores, como F. A. de Varnhagen e, até mesmo, o Patrono da própria Cadeira que hoje eu tenho a honra de ocupar, o grande Joaquim Manuel de Macedo, romancista, poeta e historiador, que foi, por sinal, no Instituto Histórico, um dos seus mais ilustres oradores oficiais, do qual conservo, com muito zelo, o seu precioso discurso ao fazer o necrológico de Gonçalves Dias, revelando fatos inéditos, inclusive sobre as circunstâncias do falecimento do notável vate maranhense.

As sedes do Instituto

Sempre sob a extremada proteção do Imperador, o Instituto

manteve a sua sede em dependências do Paço da Cidade. A cerimônia da sua fundação, em 21 de outubro de 1838, sob a presidência do Marechal-de-Campo Torre Alvim, foi realizada no antigo Museu Nacional, de onde se transferiu o Instituto para o edifício do Armarifado do Paço (andar térreo), passando a ocupar, depois, uma sala no andar superior do Palácio, no qual lhe foram dadas outras acomodações para o arquivo.

Cerca de dez anos mais tarde o Instituto obteve uma parte do terceiro andar do antigo Convento do Carmo, contíguo à Capela Imperial, terminando por ocupar toda a sua área. Isso lhe permitiu dar ao seu próprio acesso pela porta próxima à Rua da Assensão.

Depois disso, já na República, em 1896, dado o estado precário do edifício em que vinha funcionando, ele teve que se transferir, com o título precário, para o Real Gabinete Português de Leitura. Foi quando veio, para enfrentar o problema da sede, a Presidência do Barão do Rio Branco. Ele obteve os recursos imprescindíveis, mas não chegou a resolver o problema no qual tanto se empenhou.

É que, no dia 10 de fevereiro de 1912, veio a falecer o grande Chanceler da Paz, que prosseguiria e completaria a obra diplomática de Alexandre Gusmão, resolvendo pacificamente, os problemas de definição das nossas fronteiras. A missão de instalar o Instituto

nova sede coube, por isso, ao novo Presidente, o Conde de Afonso Celso.

Foi aí que surgiu o chamado Silogeu Brasileiro, graças à idéia, ao impulso e ao dinamismo realizador do Barão de Ramiz de Galvão. O novo edifício abrigaria, também, a Academia Nacional de Medicina, a Academia Brasileira de Letras, o Instituto da Ordem dos Advogados e a Liga da Defesa Nacional, destinando-se, assim, às nossas grandes entidades culturais. Localizava-se na Rua Augusto Severo, formando, com a sua construção, um saliente que se tornou tradicional, a ser contornado como itinerário obrigatório da linha dos bondes que vinham da zona sul e passavam pelo famoso Largo da Lapa, com destino ao centro da Cidade.

A sessão solene de 21 de outubro de 1913 foi destinada à inauguração da nova sede do Instituto, sob a Presidência do Conde de Afonso Celso. Foram estas as palavras finais do discurso que ele, então, proferiu:

"Nesta casa aprende-se a colocar a Pátria acima de tudo." A partir de então ele passou a funcionar em sede própria, no Silogeu Brasileiro, sob a direção do seu oitavo e grande Presidente.

Nela cresceriam as suas atividades, alargando-se o seu campo de realização, a começar pela promoção, sob sua iniciativa, do 1º Congresso de História Nacional, de 7 a 16 de setembro de

1914, dirigido pelo ilustre Barão Ramiz de Galvão. O grande valor dos trabalhos dele resultantes, pelos preciosos ensinamentos recolhidos e publicados, estimularam a realização posterior de outros três Congressos do mesmo gênero, levando o Instituto a participar, a partir de então, de numerosos Congressos Internacionais de História.

Além dessas atividades, que marcaram época, ele manteve, e ainda mantém, com regularidade, as suas sessões semanais, ao mesmo tempo que realiza cursos, reuniões para comunicações e debates, bem como sessões solenes, quando é o caso.

O Instituto nos meus tempos

As minhas primeiras visitas ao Instituto, em sua sede no Silogeu Brasileiro, datam dos meus tempos de menino do Colégio Militar, a convite do meu pai ou do meu tio, que a ele pertenciam, para assistir certas cerimônias ou como ponto de encontro, que o tornou, para mim, familiar, a partir de 1920. São lembranças que me ficaram vivas na memória. Foi o começo da minha familiarização com a Casa da Memória Nacional, quando eram o Presidente o Conde de Afonso Celso e o Secretário Max Fleiuss, ambos muito chegados a nossa família.

Disso veio a minha cada vez mais estreita ligação com o Instituto, ao qual muito devo do culto

que até hoje dedico aos estudos e pesquisas da nossa História.

Foi ainda no Silogeu Brasileiro, em sessão solene, para mim inesquecível, que ele me recebeu, como sócio efetivo, honrando-me pelas palavras generosas e brilhantes do ilustre historiador e professor Adolfo Morales de los Rios Filho, no dia 12 de dezembro de 1966, ao tempo em que eu, como General-de-Exército, comandava a Escola Superior de Guerra.

Eu disse, então, ao agradecer-lhe essa distinção, num discurso a que dei o título de "História e Cívismo" (*Revista do Instituto* — Vol. 273 — 4º trimestre — 1966):

"Sempre entendi que não se escreve a História simplesmente por escrevê-la. Há um sentido mais nobre e mais alto a estimular o esforço dos que a ela se dedicam, guiados pela consciência do seu verdadeiro e relevante papel na formação do espírito da coletividade nacional. E é assim que a entendem todos os povos ciosos dos seus destinos."

O grande objetivo do Instituto era a construção da sua sede própria, maior, mais funcional, autônoma e definitiva. Isso, no terreno do Silogeu. Ele fora transferido para a sua propriedade, por Lei de 8 de agosto de 1955. O início das obras do atual edifício, obtidos os recursos necessários, teve lugar na Presidência do Embaixador José Carlos Macedo Soares, cabendo ao Presidente Pedro Calmon a glória de levá-la a cabo, em julho de

1970, com a honrosa presença do Presidente da República, o General Emílio Garrastazu Médici.

Estava, afinal, construída, inaugurada e em pleno funcionamento, a majestosa sede atual, uma obra de inestimável significação para os seus trabalhos, com a qual ganhou maior representatividade pela beleza arquitetônica do edifício de 12 andares, em localização privilegiada, e a belíssima vista que nos oferece a pérgula de reuniões sociais na sua cobertura.

O atual edifício dignifica e enaltece, para sempre, a luta vitoriosa de Pedro Calmon e a alta visão do apoio que lhe deu o Presidente Médici, com quem, a pedido de Calmon, pude conversar sobre a relevância do empreendimento, como um dos responsáveis, embora o contrariando, pela sua investidura na Chefia da Nação. São dois grandes nomes a serem relembrados no dia 21 de outubro, data do sesquicentenário do Instituto.

Vê-se, por esta síntese dos 150 anos de atividades do Instituto, que ele mobilizou e reuniu os valores mais representativos da intellectualidade brasileira, 16 anos depois da Independência (1838), numa Casa destinada a estudar, escrever e difundir, quando ainda não havia nenhuma outra que o fizesse, a História e a Geografia do Brasil, assuntos que transbordavam, naturalmente, para o campo das letras, exercitando a oratória e criando escritores.

Foi assim que a Academia Bra-

sileira de Letras esteve para brotar no seio do próprio Instituto, ainda no Império. Porque a História é fonte natural da Literatura. Dele se irradiaram, também, por todo o Brasil, os Institutos estaduais congêneres, além de outros centros de cultura ligados à História, como a Heráldica, a Genealogia e a própria Literatura histórica.

Tudo isso, nestes 150 anos decorridos, teve o Instituto como centro gerador, ligado, por sua vez, com os seus similares no plano internacional.

Este é o Instituto: a Casa Matriz da Cultura Nacional.



O Gen LYRA TAVARES dedicou toda sua vida ao serviço do Exército e do Brasil. Ao passar para a reserva, intensificou suas atividades intelectuais, sendo membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, além de outras casas de cultura. Acadêmico, foi embaixador do Brasil em Paris, Ministro do Exército e exerceu diversas funções de relevo na carreira das armas, tais como as de Cmt. da AD/5, da 2ª RM, do IV Ex. e da ESG, tendo sido agraciado com as mais altas condecorações nacionais e distintas medalhas estrangeiras. Integrou a Junta Militar que governou o país de 31 de Ago 969 a 31 Out 969.

Na medida em que o organismo militar, que é só por uma existência humana, não pode ser desmantelado, permanecendo, mesmo que desmilitarizado, reconhecendo muitas suas finalidades e interesses, permanece, se obtiverem condições que o permitam, se obterem condições que o permitam.